

Antropologia dos Direitos Humanos: discussões teóricas na análise dos discursos pela paz dos ex-combatentes das FARC-EP¹

Iván David Sanabria²
(EACH/USP)

Introdução

Em novembro de 2016 foi subscrito um dos acordos mais importantes da história política contemporânea da América Latina: o governo colombiano e as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo) assinaram solenemente o *Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. No meio de fortes dificuldades, o processo de paz foi atingido em etapas ao longo de seis anos: dois de aproximações secretas e quatro de negociações públicas em Havana, Cuba. A comunidade internacional particularmente sul-americana celebrou esta conquista: uma década atrás, entre 2000 e 2010, as zonas de fronteira colombo-andinas e amazônicas, sofriam uns dos períodos de maior instabilidade sub-regional. Fenômenos como bombardeios, trânsito de grupos armados, tráfico de drogas, deslocamento de migrantes e fumigações por aspersão aérea (Calderón, 2014) fizeram parte do período mais intenso de confrontação armada interna na Colômbia acontecido entre 2002 e 2010.

Em maio de 2019, o Instituto Kroc de Estudos Internacionais de Paz da Universidade de Notre Dame³ havia estimado que cerca de 14.000 ex-guerrilheiros teriam abandonado a luta

¹ Artigo para o VI ENADIR. Encontro Nacional de Antropologia do Direito. 26 a 29 de agosto de 2019. FFLCH-USP. Grupo de Trabalho: GT13. Memória: seus limites e possibilidades na intersecção da antropologia com o direito

² Cientista político e administrador público, especialista em Direitos Humanos e DIH pela *Universidad Nacional de Colombia*, estudante do Mestrado em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Membro do *Observatorio Nacional de Procesos de Memoria – ONALME* do *Grupo Colombiano de Análisis del Discurso Mediático*. E-mail: ivdsanabria@usp.br

³ O Instituto Kroc foi designado pelo Estado colombiano e pelas FARC-EP, na epígrafe 6.3.2 do Acordo Final, como uma das instituições responsáveis por monitorar os avanços da implementação dos acordos, apoiando a assessoria técnica de seguimento, verificação e acompanhamento (Instituto Kroc, 2017).

armada e continuado seu projeto político sob a legalidade. Estes ex-combatentes advém de, pelo menos, três espaços identificáveis: das prisões, através dos processos de anistia; da floresta e de diferentes zonas rurais onde a guerrilha exercia controle; e das diferentes cidades ou centros urbanos onde tinham trabalho clandestino. A OACP⁴ e a própria organização conferem que esta cifra estaria aproximadamente certa; faltando ainda que em torno de pelo menos mil ex-combatentes saiam das cadeias anistiados.

A realidade do processo de paz não é nada positiva. De acordo com o Instituto Kroc (2019) mencionado, o processo de implementação vai muito divagar, onde sobressaem três aspectos preocupantes: 1) os excombatentes têm poucas garantias reais de segurança e proteção; desde a assinatura do Acordo final até ao momento assassinaram 135 deles, dado que fratura qualquer possibilidades de confiança no processo. 2) o processo chamado de “reincorporação social e econômica” –que tem que ver com a proporção do Estado das condições para que os exguerrilheiros passem da longa vida com armas a uma vida de uma logica civil– não é confiável e tem um baixo nível de cumprimento. E finalmente, o ponto 3) faltam reformas normativas no Congresso que o partido político de governo não tem interesse de tramitar. Neste sentido, o presente artigo procura refletir sobre as possibilidades teóricas para o análise dos discursos dos excombatentes, a proposito de suas lutas pelo processo de paz na Colômbia, a partir das discussões que abriu o campo da antropologia dos direitos humanos.

Relevância e crise dos direitos humanos: possibilidades antropológicas

Os direitos humanos são um tema atual e global, embora também em crise. Nas últimas duas décadas sua promoção tem sido notória e influente nas esferas sociais, políticas e midiáticas (Speed, 2008). Assim, destacamos ao menos duas razões que evidenciam a importância global dos direitos humanos, como também, ao final, assinalamos seu momento crítico e ameaça permanente. Por um lado, há o desenvolvimento internacional de um amplo conjunto de

⁴ A OACP é a *Oficina del Alto Comisionado para la Paz*, instituição estatal colombiana dependente da Presidência da República, que tem como função principal liderar os diálogos e a assinatura de possíveis acordos de paz que procurem o desarme e reintegração de membros de grupos armados ilegais.

instituições e normas que promovem e protegem os direitos humanos⁵. O ponto relevante não é a existência e a quantidade destas regras, mas sim a incorporação desses corpos normativos no direito interno da maioria dos Estados no mundo. Este processo é conhecido como *ratificação dos tratados*, que tem a América Latina como caso de maior incorporação; os estados da região são uns “ratificadores” exemplares” (Anaya, 2017, p. 167).

A maioria dos Estados latino-americanos tem ratificado os tratados mais importantes em matéria de direitos humanos. A exceção da Belize, os pactos pelo menos da ONU e OEA foram incorporados nos ordenamentos jurídicos internos daqueles países (Anaya, 2017). Agora, a pergunta que muitos analistas ou ativistas de direitos humanos se fazem é: mesmo que exista tal quantidade de produção normativa internacional, por que na região continua-se cometendo numerosos assassinatos, violações ou incumprimentos? Desta pergunta tiramos a segunda razão que explica a notoriedade dos direitos humanos: a maior visibilização da vulneração sistemática destes, e com isto, das lutas pela justiça e reparação particularmente na América Latina. Basta revisar os dados internacionais do Índice Global da Paz⁶ ou do Índice de Transformação da ONG Bertelsmann Stiftung (Tiery, 2018) para dimensionar o escalonamento da violação dos direitos humanos na América Latina com relação às outras regiões.

Uma parte dos estudos sociais do direito analisam esse paradoxo – quanto maior a quantidade de tratados ratificados, maior o numero de vulnerações dos direitos – como parte de uma “cultura do incumprimento” normativo na via dupla da relação Estado-sociedade. Há um auspício e incentivo estatal e social tanto para a vulneração quanto para a omissão das regras (García Villegas, 2013). Ademais, acrescenta-se o fato de que a simples ratificação de tratados não implica a obrigação vinculante da adequação do aparelho estatal para a proteção dos direitos,

⁵ Este conjunto normativo é denominado nas relações internacionais como Regime Internacional dos Direitos Humanos ou Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. É possível organizar em dois grupos de instituições internacionais: o *universal*, liderado por o Sistema da Organização das Nações Unidas – ONU, que trabalha no campo de três tipos de tratados: o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH); o Direito Penal Internacional (DPI); e o Direito Internacional Humanitário (DIH). E o *regional*, composto por três sistemas que agrupam Estados a nível continental: o Sistema Interamericano, liderado pela Organização dos Estados Americanos (OEA); o Sistema Europeu, executado pelo Conselho da Europa; e o Sistema Africano, que faz parte da Organização da Unidade Africana.

⁶ No seguinte site é possível detalhar de forma interativa o “comportamento da paz” por regiões. Para 2018, esse comportamento na América do Sul é um dos mais deteriorados: <http://visionofhumanity.org/indexes/global-peace-index/>

tendo em conta que o direito internacional não tem capacidade coerciva. O seja, além da não obrigatoriedade do regime jurídico internacional é palpável uma cultura predisposta ao incumprimento dos marcos normativos.

Porém, esse argumento da “cultura do incumprimento” tira do centro da discussão as causas profundas das violações dos direitos humanos, bem como as relações sociais que levam sistematicamente aos diferentes tipos de vulnerações. Os incumprimentos normativos na América Latina fazem parte de uma fragmentação das relações sociais entre governantes e governados. Agora, cabe destacar que uma vulneração excede um incumprimento e configura uma intenção necropolítica para controlar os corpos das mulheres e homens de uma sociedade (Estévez, 2017).

Neste sentido, O foco reside justamente nas vulnerações e seu contexto violento, considerando sobretudo os atores que as sofrem, na forma como eles encaram e desenvolvem uma série de discursos que compreendem outras formas de justiça, mas também, os leva a ampliar e entender de outro jeito o próprio ato transgressor. Estes desenvolvimentos formam uma importante base para combater e evitar novos atos de vulneração em outros contextos sociais. Assim, os direitos humanos perdem seu mero foco legal, o que leva a entendê-los como tipos de reivindicações fundamentalmente extralegais (Dembour, 1997)⁷.

Esta posição sobre os direitos humanos se afasta das leituras jurídicas ou daquelas desenvolvidas pelo pluralismo legal. Assim, é proposto neste artigo o campo da Antropologia dos Direitos Humanos, como um conjunto teórico baseado nos seguintes pressupostos: Por um lado, os direitos humanos são processos dinâmicos e dependentes de um contexto, visto que as vulnerações ou reivindicações não agem da mesma maneira nem levam às mesmas consequências por outro lado, as estratégias do trabalho de campo ou etnográficas nestes contextos levam à pesquisa ao enfoque nos atores e suas ideias ou discursos, pois neles é possível identificar as

⁷ Se afirmaria particularmente que os DDHH se tornaram principalmente “extra-legais”, de acordo com M.B. Dembour (1997), nos seguintes termos: “los Derechos Humanos son fundamentalmente extra-legales... porque sirven para articular reivindicaciones políticas que cobran sentido en un contexto determinado” (Dembour, 1997, citado por Devillard y Baer, 2010, p. 36).

apropriações, significados e ressignificações das ações de vulneração ou reivindicação (Sieder, 2010).

No entanto, atualmente as lutas quanto ao conceito de direitos humanos fica ameaçada pela irrupção de governantes que configuram uma “nova direita”, cujos discursos carregam fortes conjuntos preconceituosos com relação aos sujeitos migrantes, as mulheres, a população LGTBI e outras formas de compreensão da família e da sociedade diferente da heteronormativa (Cepêda, 2018). Casos como os governos dos Estados Unidos, do Brasil, da Rússia ou da România, evidenciam a crise e a mudança de conceitos. Sob a base da produção conceitual de intelectuais como Alain de Benoist (2016), na França, ou o Olavo de Carvalho, no Brasil, os direitos humanos são questionados sendo assinalados como um “mito ou religião moderna” ou simplesmente como “ideologias”. Desta maneira, embora os direitos tenham ainda uma potência reivindicativa importante, seu questionamento por parte de grupos políticos e econômicos importantes nos faz voltar a refletir sobre como são desenvolvidas suas lutas.

Direitos humanos em perspectiva antropológica. Razões e marcas históricas do processo de pesquisa

Poderíamos identificar o enfoque antropológico nos direitos humanos a partir de um conjunto de razões formais e outras de caráter social. Nas primeiras, sua formalidade está determinada pelos debates acadêmicos provocados pelos documentos oficiais da Associação Americana de Antropologia (AAA) sobre os direitos humanos, onde apresentam de forma explícita sua posição sobre a histórica Declaração Universal inscrita em 1948.

Estas respostas oficiais dos antropólogos norte americanos têm sido amplamente discutidas no âmbito jurídico e antropológico (Buerger e Wilson, 2017; Brokmann, 2009). Nos referimos especificamente a dois documentos que respondem a dois momentos históricos e teóricos diferentes: o primeiro, produzido por um pedido da ONU em 1947, antes da expedição da Declaração Universal, onde a Associação rejeitou participar de um projeto "universalista" dos

direitos em defesa das perspectivas de caráter relativista que dominavam o campo⁸ (Speed, 2008). O segundo texto, de junho de 1999, contradizia em certa medida o primeiro e foi produzido no contexto da nova normativa internacional sobre os Direitos Humanos. Nele, a antropologia estadunidense reconheceu a importância dos direitos propostos naquela ocasião como parte de uma cultura já não fechada, mas híbrida e dinâmica (Sieder, 2010).

Estes debates acadêmicos atravessados naquele momento pela oposição entre universalismo e relativismo são deslocados para um segundo plano ou, pelo menos, superados nas discussões da literatura a esse respeito quando os pesquisadores – antropólogos em particular – se viram obrigados a encarar as violações aos direitos humanos e as graves consequências disso nas comunidades. A visibilidade destas realidades violentas, assim como a globalização do ativismo e da defesa dos direitos humanos, fez com que o discurso dos direitos humanos fosse o principal componente da resistência de movimentos, grupos, ONG ou ativistas nas suas reivindicações ou na denúncia das violações. A antropóloga Shannon Speed (2008) os define, no período de trânsito dos anos 80 para os anos 90, como um dos correlatos do "fim da história" e um dos últimos triunfos da democracia (p. 25).

Este contexto, que se desenvolvia desde o começo dos anos 90, nos permite elencar as razões de caráter social – algumas já sugeridas – que permitem explicar a articulação de um campo antropológico dedicado ao estudo dos direitos humanos, a saber: 1) o aumento e visibilização das denúncias de violação de direitos humanos, a cujas lutas têm se somado pesquisadores ou antropólogos ativistas comprometidos politicamente, onde o discurso dos direitos passa a ter uma lógica de resistência política (Sieder, 2010); 2) em relação com o primeiro ponto, temos a globalização e ampliação de uma multiplicidade de discursos de direitos humanos como ferramentas de contenção social ou tecnologias para o ativismo ou da emancipação, chaves nas lutas contra o projeto neoliberal na América Latina (Speed, 2008) e 3) a consolidação dos direitos humanos como tema de pesquisa nas ciências sociais, em geral, onde se propõem aproximações e novas metodologias para sua análise e na antropologia jurídica, em

⁸ O citado documento de 1947 da AAA, redigido pelo antropólogo Melville Herskovits deixa claro que não participaria de nenhuma atividade do Sistema das Nações Unidas em relação aos direitos humanos. Não conseguia imaginar que se priorizassem "normas universais" sobre "normas culturais" (Speed, 2008, p.24).

particular, como um dos âmbitos destacados nas releituras dos direitos (Estévez y Vázquez, 2010; Devillard y Baer, 2010).

Estas razões concretizam num primeiro conceito *extralegal* dos direitos humanos: processos de lutas sociais relativas a violações ou reivindicações. O aumento e a visibilização das denúncias de ativistas e da pesquisa em direitos humanos mostram outras dimensões dos abusos e de sua confrontação. Neste sentido, as lutas sociais específicas limitaram atos arbitrários estatais e conseguiram aperfeiçoar sua atuação em termos do desenvolvimento de novos acessos (sociais, na sua maioria).

Na América latina, por exemplo, a luta mais intensa e longa, na segunda metade do século XX, foi a luta indígena pelos direitos étnicos e territoriais (Chenaut et al., 2011). Esta luta originou levantamentos pela autonomia; como, por exemplo, o caso de Chiapas, a participação política em processos constituintes como o caso da Colômbia em 1991, ou mais recentemente e de forma mais incisiva no Equador, em 2008, e na Bolívia, em 2009 (Schavelzon, 2015). Por outro lado, se destacam no mundo as lutas históricas como a do feminismo para acabar com qualquer forma de discriminação contra a mulher; a do movimento norte-americano pelos direitos civis, na década de 60, ou o das lutas contra o *Apartheid*, na África (Jelin, 2011).

É por conta disso que os direitos humanos podem ser considerados como um "processo inacabado", não só vigente desde a sua constante positivação pelos Estados ou comunidades políticas a partir da Declaração Universal de 1948, mas redefinidos pelas permanentes lutas que os reinterpretam. Norberto Bobbio (1982) fala da condição sempre aberta dos direitos humanos porque a complexidade de novas situações de violências ou vulnerações faz com que a apropriação de discursos sobre os direitos por parte de comunidades, líderes ou defensores seja um elemento fundamental para sua articulação e atualização, mas também porque, por meio destes discursos, se produzem diferentes formas de compreensão da realidade transgressora (Segato, 2004).

No entanto, há o fato abertamente reconhecido de que estas lutas assumem diferentes ideias acerca dos direitos humanos e, desta forma, sua reivindicação encontra-se relacionada com que parte do seu conteúdo está vinculada, sem dúvida, a uma base legal em particular e a um discurso estatal no geral (Speed, 2008 p. 32). O discurso estatal dos direitos humanos parte de noções diferentes das que produzem os coletivos de atividades. Da perspectiva estatal, os direitos são um conjunto de situações ou estado de coisas que constituem um "bem" relevante, ou seja, um tipo de validade que é conferida politicamente pelos Estados. Esta relevância justifica sua existência e proteção, feita por força material ou por meio da técnica jurídica tradicional, que atribui aos direitos uns deveres e obrigações "sobre outro ou outros indivíduos" (Laporta, 1987 p. 30).

Neste sentido, a apropriação de um discurso dos direitos humanos que sustenta as lutas sociais nos termos de Rita Segato (2004) se dá justamente como efeito de uma apropriação crítica desta elaboração estatal dos direitos humanos. Nos seus termos, um *impulso ético* nos leva a assumir criticamente essas moralidades positivadas (organizadas em constituições, leis, políticas públicas, etc.), reinterpretando, assim, os diferentes conteúdos políticos que lhes dão suporte. Desta forma, as reivindicações sociais, desconstruções críticas ou novas subjetivações, que se distanciam da moralidade estabilizada, são o ponto de partida para expandir e compreender as condições sociais dos direitos (Segato, 2001; Merry, 2011).

Ainda no marco da proposta de Rita Segato (2004), vemos uma outra ideia da ética, entendida como um "impulso da insatisfação crítica", ou seja, como a possibilidade de enxergar além das moralidades estabelecidas que nos são impostas e, enfim, "ultrapassar a visão programada" (p.13); propomos uma primeira entrada na compreensão das razões que tem começado a serem articuladas no campo da Antropologia dos Direitos Humanos. Esta perspectiva teórica visa as compreensões dos direitos humanos como um fato cultural, priorizando as dimensões sociais amplas e desenvolvidas em âmbitos locais. Assim, o interesse pela *vida social dos direitos*, para citar a expressão de Richard Wilson (2006), concentra os esforços nas formas pelas quais são construídas as reivindicações e lutas, onde se parte de uma base legal, mas os direitos são reinterpretados ou caminham em direção à sua ampliação: aproximação crítica da lei

ou da moral positivada nos termos de Segato (2004). Em outras palavras, se trata de recuperar a dimensão subjetiva nas confrontações sociais e as diferentes formas como se apresenta e representa esse impulso de insatisfação crítica.

Estas novas antropologias críticas do imperialismo das constituições ou das leis nos apresentam caminhos possíveis para observar e dialogar sobre outra forma de entender e viver os direitos humanos. Neste sentido, de acordo com Sally Merry (2001) y Marie J. Devillard e A. Baer (2010), podemos identificar pelos menos seis marcos históricos de pesquisa ou giros epistemológicos que têm estabelecido e desenvolvido os direitos humanos como objeto de análise das ciências sociais, em geral, e da antropologia social e jurídica, em particular:

- 1) A ênfase no conceito de *diferença*, que leva a privilegiar *o humano* em termos sociais múltiplos mais que individuais (relações não apenas entre humanos, mas também com não humanos) e, com isto, entender os direitos humanos como um correlato da condição humana social e diversa, que deve salvaguardar-se, particularmente naquelas minorias mais tendentes às vulnerações.
- 2) A atenção aos *microprocessos sociais e culturais* dos direitos, explorando a possível *vida social* deles; isto em termos de sua apropriação, consequências e reformulação histórica de parte de atores produtores de subjetividades diferentes⁹.
- 3) O reconhecimento dos direitos humanos como *práticas discursivas* construídas e não como simples formas jurídicas alheias a um processo social. Os DDHH existem na medida em que são constituídos discursivamente na sua socialização e apropriação. São “acionados” a propósito de diferentes reivindicações, através de diferentes signos discursivos onde o jurídico é apenas mais um. Com este reconhecimento, é clara a pretensão de diminuir o imperialismo do juridicismo (Eberhardt, 2010).
- 4) A reivindicação da *dimensão subjetiva* na construção dos DDHH, o que implica reconhecer a existência de outros âmbitos onde jogam papéis cruciais. Assim, se personaliza e humaniza a

⁹ Nas palavras da Sally Merry (2006): “las ideas de los Derechos Humanos circulan mundialmente y transforman la vida social” (Merry, 2006, citado por Devillard y Baer, 2010, p. 40).

aplicação neutra e arbitrária de categorias como “refugiado”, “ex-combatente”, “imigrante”, etc., dando conta do reconhecimento da pessoa ou grupos que padecem das vulnerações e de seus efeitos.

- 5) A atenção e redescobrimento do *local* como dimensão que define a natureza das lutas e reivindicações pelos direitos. Ter em conta o cenário local das lutas pelos DDHH implica definir o escopo de uma cultura, de seus atores, instituições, relações de força e de contexto onde estão inseridas as lutas. (Isto é determinante nas possíveis etnografias ou ações participantes que documentem as lutas).
- 6) A formação de diferentes tipos de ativismo em relação à defesa ou a promoção dos direitos das comunidades vulneradas. Mantemos, assim, uma posição crítica com respeito à pesquisa em DDHH não engajada com a transformação social, tendo em conta que a posição política é explícita nos casos de estudos sobre fenômenos de injustiça e exclusão. Para o efeito, há diferentes formas de atuar e, por conseguinte, não apenas uma maneira só de ativismo.

Discussões teóricas e possibilidades da antropologia dos direitos humanos na análise dos discursos dos excombatentes

Propomos as anteriores seis marcas de pesquisa ou aberturas para outro tipo de diálogo epistemológico sobre o estudo dos direitos humanos, nesta oportunidade, levando a sério seus vínculos indiscutíveis com o contexto e os atores. A ênfase teórica que se atribui às lutas destes em seu território permitirá compreender de outras maneiras os DDHH. Assim, o conceito que retomamos para esta proposta entende os direitos como lutas históricas, conquistadas por mulheres e homens em contextos históricos específicos. De acordo com Elizabeth Jelin, o princípio ético universal que inspira a Declaração Universal de 1948 e os posteriores tratados não ficam invariáveis ou “eternos” no tempo. Sua manutenção e renovação não são apenas por causa de princípios gerais; sobretudo, é pelas lutas históricas na defesa, reconhecimento e transformação que desenvolvem sujeitos e coletivos. (Jelin, 2011).

Desta maneira, a reflexão antropológica das lutas ou reivindicações não tem um lugar subordinado a um poder genérico ou particularmente normativo estatal. Ela nos debates interdisciplinares encontra a potencia das autonomias coletivas e individuais nos discursos, dado que os atores como protagonistas históricos, tem encontrado um processo a través de múltiplas ferramentas y tecnologías, sendo o conteúdo jurídico propriamente mais uma das possíveis fontes (Speed, 2008). Não tem como desconhecer o fato que a circulação de ideias e discursos dos direitos humanos é uma redefinição deste conceito mesmo, é uma entrada para a compreensão dos fenômenos de reivindicação locais.

Bibliografía

- Anaya Muñoz, Alejandro (2017). Los regímenes internacionales de derechos humanos: la brecha entre compromiso y cumplimiento. En *IUS. Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla*. Vol. 11, No. 40, 159-181.
- Buerger, Catherine y Wilson, Richard (2017). "The Practice of Human Rights." En MacClancy, Jeremy (Ed.) *Exotic No More: Anthropology on the Front Lines*. Chicago: University of Chicago Press
- Bobbio, Norberto (1982). Sobre el fundamento de los derechos del hombre. En *El problema de guerra y las vías para la paz*. (117-128) Barcelona: Gedisa.
- Brokmann Haro, Carlos (2009). Antropología y derechos humanos. Em *Derechos Humanos Mexico, Revista del CNDH*, año 4, No. 12, 55-76
- Calderón, Emilse (2014). La relevancia del proceso de paz colombiano para américa del sur. Un análisis a la luz de la historia reciente. En *estudios internacionales*, v. 2 n. 2, 233-254.
- Cepêda, Vera A. (2018). A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. Em *Mediações*, v. 23 No. 2, 75-122
- Chenaut, Victoria; Gómez, Magdalena; Ortiz, Héctor; Sierra, María Teresa (coord.) (2011). *Justicia y diversidad en América Latina. Pueblos indígenas ante la globalización*. México: CIESAS, FLACSO Ecuador.

- de Benoist, Alain (2016). *Derechos Humanos. Deconstrucción de un mito moderno*. Tarragona: Biblioteca Metapolitika.
- Dembour, Marie-Bénédicte (1997). "Human rights talk and anthropological ambivalence. The particular contexts of universal claims". Em Olivia Harris (ed.), *Inside and outside the law. Anthropological Studies of Authority and Ambiguity*. New York: Routledge.
- Eberhard, Christoph. (2010). Más allá de una antropología de los derechos humanos: ¿los horizontes del diálogo intercultural y del reino de Shambhala?. *Revista de Antropología Social*, 19, 221–251.
- Estévez, Ariadna (2017). El discurso de derechos humanos como gramática en disputa: Empoderamiento y dominación. En *Discurso & Sociedad*, Vol. 11(3), 2017, 365-386
- Estévez, Ariadna y Vázquez, Daniel (Editores) (2010). *Los derechos humanos en las ciencias sociales: una perspectiva multidisciplinaria*. México: CISAN-FLACSO.
- García Villegas, Mauricio (2013) (Director). *Normas de papel. La cultura del incumplimiento de reglas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Instituto Kroc (2019). *Tercer informe sobre el estado efectivo de implementación del acuerdo de paz en Colombia. Diciembre 2016 – mayo 2019*. Notre Dame: Universidad de Notre Dame.
- Jelin, Elizabeth (2011). Los derechos como resultado de luchas históricas. En Jelin, Elizabeth; Caggiano, Sergio; Mombello, Laura (ed.) *Por los derechos. Mujeres y hombres en la acción colectiva*. Buenos Aires: Nueva Trilce
- Laporta, Francisco (1987). "El concepto de derechos humanos". En *Doxa, Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n.º 4, Madrid.
- Leyva, Xochitl y Speed, Shannon (2001). Los derechos humanos en Chiapas: del «discurso globalizado» a la «gramática moral». En Pitarch Ramón, Pedro y López García, Julián (coord.) *Los derechos humanos en tierras mayas. Política, representaciones y moralidad*. (p. 83-101). Madrid: Sociedad Española de Estudios Mayas
- Merry, Sally (2011). Derechos humanos, género y nuevos movimientos sociales: debates contemporáneos en antropología jurídica. En Chenaut, Victoria; Gómez, Magdalena; Ortiz, Héctor; Sierra, María Teresa (coord.) *Justicia y diversidad en América Latina. Pueblos indígenas ante la globalización* (pp. 261-289). México: CIESAS, FLACSO Ecuador.
- Merry, Sally (2006). "Fluidity of human rights in practice". En *Anthropology News*, 47, 5.

- Schavelzon, Salvador (2015). *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes*. Quito: Ediciones Abya-Yala. CLACSO.
- Segato, Rita (2004). *Antropología y Derechos Humanos: alteridad y ética en el movimiento de los Derechos universales*. Brasilia: Universidade de Brasília.
- Sieder, Rachel (2010). La antropología frente a los derechos humanos y los derechos indígenas. En Estévez, Ariadna y Vázquez, Daniel (Editores). *Los derechos humanos en las ciencias sociales: una perspectiva multidisciplinaria* (pp. 191-219). México: CISAN-FLACSO.
- Speed, Shannon (2006). Entre la antropología y los derechos humanos Hacia una investigación activista y comprometida críticamente. *Alteridades*, vol. 16, núm. 31. pp. 73-85.
- Speed, Shannon (2008). *Rights in rebellion: indigenous struggle and human rights in Chiapas*. Stanford: Stanford University Press.
- Wilson, Richard A. (2006) Afterword to ‘anthropology and Human rights in a New Key’: the Social Life of Human Rights. En *American Anthropologist*, 108, 1:77–83.